

Acredita-se que a mudança da sociedade ocorre somente por meio de uma educação participativa e democrática. Ainda mais hoje com o avanço do processo produtivo exige cada vez mais o caráter democrático da gestão da escola. A própria evolução teórico-prática do trabalho pedagógico torna o caráter democrático inalienável. De fato a exigência do caráter democrático da gestão escolar decorre de três fatores: a especificidade da educação escolar, do atual estágio do contexto histórico, especialmente: da nova configuração do mundo do trabalho e da nova base das relações na sociedade do conhecimento e do próprio trabalho pedagógico. Pois como apontam Wittman LC e Klippel SR (2010, p. 153) “[...] a escola é uma instituição onde não cabe a dominação, porque ela impede e se opõe ao cumprimento de sua função de formação humana, de construção do sujeito”.

Diante dessas palavras compreendemos que não existe uma escola que cumpra sua função bem, ou seja, seu trabalho especializado de garantir educação básica de qualidade a todos os cidadãos, sem que haja um trabalho compartilhado, ou seja, uma gestão democrática. A escola como se entende é o espaço de formação humana. É necessário que os funcionários se sintam co-responsáveis pelo processo educacional.

Na escola, onde a gestão é participativa, pais, alunos, professores, funcionários e qualquer membro da comunidade que tenha interesse no crescimento, são envolvidos nos objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no desempenho do educando e na garantia de que a Instituição está atendendo plenamente às necessidades das crianças e adolescentes.

DISCUSSÃO

Em relação aos dados coletados acerca das ações específicas desta escola pública do município de Breu Branco para lidar com os alunos em fluxo escolar não é necessário somente fazer observação constante da frequência escolar como foi mencionado pela gestora.

Ao analisarem os efeitos do FUNDEF/B sobre frequência escolar, fluxo escolar e trabalho infantil: uma análise com base nos censos de 2000 e 2010, Cruz G e Rocha R (2018) identificaram que os efeitos são maiores para crianças com perfil socioeconômico mais baixo, já os efeitos sobre trabalho infantil são geralmente próximos de zero.

É imprescindível que haja estudos sobre o diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas, a fim de elaborar e propor políticas para melhoria da qualidade da educação, uma vez que o diferencial é favorável às escolas privadas em todos os quantis da distribuição, chegando a 1,5 erro padrão em torno do 60o percentil (Moraes AGE e Belluzzo W, 2014).

Detectou-se que a escola investigada considera abaixo da média o rendimento destes estudantes que participam do Programa Bolsa Família, muitos pais temem perder este benefício, pois faz parte das despesas, assim evitam que os filhos faltem.

Numa pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática encontraram dados de que o PBF apresenta desfechos positivos em indicadores educacionais para o sexo feminino e para a Região

Norte. Logo o Programa não mostra repercussão na proficiência e no desempenho escolar, embora impacte significativamente nas taxas de abandono e na frequência escolar (Santos MCS et al. 2019).

Quanto as estratégias pedagógicas adotados para combater o fluxo escolar, a diretora ressaltou que não há um repasse de conteúdo metodológico, mas se faz de modo tradicional por parte dos docentes, ou seja, que não proporciona o debate, a auto reflexão e muito menos o diálogo questionador.

Constata-se em um estudo sobre Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados que a aprendizagem no contexto escolar é mediada por fatores diversos, não podendo ser atribuído exclusivamente às capacidades cognitivas do aluno, o sucesso ou insucesso neste processo. Cabe aos professores atentarem-se tanto a dimensão cognitiva quanto afetivo-motivacional do desempenho escolar (Souza LFNI, 2010).

O importante é trabalhar com projetos, diálogos e ações preventivas na escola. Uma atuação institucional preventiva deve estar ancorada na promoção de reflexões, conscientizações de papéis e nas funções dos indivíduos, objetivando desenvolver competências e habilidades para a superação de obstáculos e para o estabelecimento de relações sociais mais saudáveis (Marinho-Araujo CM e Almeida SFC, 2008).

A infraestrutura da escola investigada atende o mínimo possível a necessidade dos alunos, pois muitos espaços são inadequados. Embora esses entraves dos alunos que vivem na pobreza e desigualdade social, a escola tem feito ações como palestras ou seminários relacionados a garantia de direitos, mas se percebe que há muito a ser feito para que as leis saiam do papel para a ação. Sá JS e Werle FOC (2017) ao estudarem sobre a importância da infraestrutura escolar e espaço físico em educação, detectaram que tal influência pode exercer na qualidade da educação além do que argumentam que prédios e instalações adequados podem, de fato melhorar o desempenho dos alunos. Em consonância com Marri I e Racchumi J (2012) os quais apontam a necessidade de associar os aspectos positivo entre infraestrutura escolar e desempenho dos alunos, defendendo que este pode ser um fator relevante em países como o Brasil, onde os recursos são variados nas redes de ensino e dependem da localização geográfica. Borges JR (2014) lembra ainda sobre a questão da demanda por infraestrutura como o principal contraponto à execução da educação em tempo integral.

Segundo Soares SS (2018) o momento atual é um espaço/tempo propício para analisar e refletir sobre o andamento das políticas de formação de professores no país.

A formação continuada de professores por meio do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa é considerada como uma das mais promissoras, contudo, acredita-se que não é suficiente propor políticas educacionais objetivando a redução da desigualdade social, sem que as estruturas sociais, políticas e econômicas sejam reestruturadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Lucachinski ES e Tondin CF, 2016).

Libâneo JC (2002) ressalta a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco da melhoria das práticas de ensino, em que o professor aprimora seu modo de agir, internalizando novos instrumentos de ação.

Mello GN (1993) enfatiza que é fundamental promover, urgentemente, mudanças no sistema educacional, objetivando a formação de uma cidadania, que encare os desafios de um novo processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. A autora evidencia a necessidade de revalorização do processo de ensino e aprendizagem e tece críticas à escola convencional, que demonstra baixos índices de eficiência e desperdício de recursos.

Ao abordar alguns desafios e demandas contemporâneos da formação inicial de professores no Brasil, LEITE APL et al. (2018) concluem que é um grande desafio a consolidação de políticas públicas de formação inicial de professores no país, e que ao mesmo tempo necessitará de esforços institucionais e políticos para além do teor prescritivo dos marcos legais de formação de professores no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar dados sobre o fluxo escolar em uma escola pública no município de Breu Branco-PA, percebeu-se que é uma realidade a qual não se difere muito de outros municípios, nem se outras escolas públicas de nosso imenso país. Percebeu-se a importância das políticas públicas voltadas a educação, embora muitas demandas ainda possam ser discutidas democraticamente com toda a sociedade. Apreendeu-se que o caminho a ser seguido é o investimento em políticas públicas. Sugere-se um planejamento a longo, médio e curto prazo para dar conta de todas as demandas, embora muitas iniciativas estejam em percurso. Observou-se que a interface entre a política de educação e a política de assistência social ocorre por meio dos programas e projetos que atendem a crianças e adolescentes, constituindo-se em estratégias do governo que visem minimizar os altos índices de evasão escolar e de frequência irregular dos alunos. Somente quando os governantes tiverem realmente a convicção de que sem a educação a sociedade não se desenvolve, cresce e prospera, não haverá transformação. Enfim, é um assunto instigante e que merece ser mais aprofundado, de modo que as políticas públicas voltadas para a educação façam de fato parte da agenda emergencial desse país.

REFERÊNCIA

- Afonso, A. J. (2001). Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 75, Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.
- Age, M., & Belluzzo, W. (2014). *O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil*. *Nova econ.*, 24(2), 409-430.
- Borges, J. (2014). *Levantamento da situação escolar em sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul: uma determinação política de financiamento do ensino público e/ou ferramentas de gestão?* Tese (Doutorado em Educação), 304. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade do Vale do Rio Sinos.

- Carvalho, M (2017). **Alfabetizar e Letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis: Vozes.
- Correia, J, Pereira, LA; VAZ, H. (2012). Políticas educativas e modos de subjectivação da profissão docente. **Cad. Pesqui.** vol.42, n.146, pp. 388-407. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- Cruz G, R. R. (2018). Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010. **Estudos Econômicos** (48), 39-75.
- Demo, P. (2001). **A nova LDB: ranços e avanços**. 12 ed. Campinas/SP: Papyrus.
- Educação, S. M. (2019). **Município de Breu Branco-Pará**.
- Fazenda, ICA (org.). (1998). **Didática e interdisciplinaridade**. — Campinas, SP: Papyrus. — (Coleção Práxis).
- Fazenda, ICA (2011). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. (2016). **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.
Fonte:
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. IBGE. (2016) **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.
- Js, S., & werle, F. (2017). Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa** . 47 (164), 386-413.
- Kronhardt, C. A. C. , Felden, E. L., Molina, R. M. K. (2010). **A articulação intersetorial na implementação das políticas públicas no âmbito escolar**. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho/08_18_59_A_Articulacao_Intersetorial_na_Implementacao_da_s_Políticas_Publicas_no_Ambito_Escolar.PDF>. Acesso em: 02 set. 2019.
- Lei Nº 12.435, de 6 de Julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 19 dez. 2020.
- Leite, A. P. L. et al. (2018). Formação de profissionais da educação: alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 144, p.721-737.
- Lfni, S. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educar em Revista**, 36, 95-107.
- Libâneo, J. C. (2002). Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: *Pimenta, Selma Garrido & Ghedin, Evandro. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez. pp.53-67.

- Lucachinski ES, T. C. (2016.). Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, 25(45), p. 217 - 234.
- Marinho-Araujo, C., & SFC, A. (2008). **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional** (2a ed.). Campinas, SP: Alínea.
- Marri, I, Racchumi, J. (2012). Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações. In: **Encontro Nacional De Estudos Populacionais** (Vol. 28). Águas de Lindoia, São Paulo: Abep,.
- Mello, G. (1993). **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez.
- Ministério da Educação (2012). **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na alfabetização: concepções e princípios** (Vol. Ano 1). Brasília: MEC.
- Ministério da Educação. (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO.
- Ministério da Educação (2017). **Evolução do número de matrículas no ensino fundamental – Brasil – 2013 - 2017**. Brasília: DF: MEC/Inep/DEED.
- Moraes, A.G. E.; Belluzzo, W. (2014). O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 409-430.
- Oliveira, L. S. de. (2011). **Trabalho em rede: ações articuladas para a educação**. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1230>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- Prado, I. G.A (2000). **LDB e políticas de correção de fluxo escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 49-56, jan. 2000.
- Sá J. S, Werle, F. O. C. (2017). Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.164 p.386-413 abr./jun.
- Santos, M. C. S et al. (2019) Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, 24(6) , 2233-2247.
- Secretaria Municipal de Educação. (2019). **Município de Breu Branco-Pará**.
- Soares, S. S. **Novos cenários e velhos debates no campo da política de formação de professores no Brasil. Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 57-75, mai./ago, 2018.
- Souza, L. F. N. I. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educar em Revista**, 2010.
- Wittmann, L. C.; Klippel, S. R. (2010). **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. – Curitiba: IbpeX.
- Zuquim, F. A. (2010). **Educação ambiental no ensino médio: conhecimentos, vivências e obstáculos**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo>> Acesso em: 16 ago. 2020.